

LAICIDADE, RELIGIÕES E EDUCAÇÃO NA EUROPA DO SUL NO SÉCULO XX

por JOAQUIM PINTASSILGO (coord.). Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, 396 páginas. ISBN 978-989-98314-2-1, www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/430730.PDF

Em 2013, publicou o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, o livro eletrónico *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no Século XX*, coordenado por Joaquim Pintassilgo. A obra reúne os artigos que resultaram das pesquisas apresentadas, naquele Instituto, em Lisboa, entre 3 e 5 de Maio de 2012, no colóquio que mereceu a mesma designação. Esse evento foi uma realização da rede *Sodalitas Pro Investigatione Comparata Adhaesa Educationi* (SPICAE), criada em 1997, na Universidade de Valladolid, por investigadores de Espanha, França, Itália e Portugal.

A publicação é formada pela Introdução e por um total de 16 textos, que possuem diferentes autorias e se distribuem ao longo das seis secções seguintes: 1) A laicização da escola na Europa do Sul, um olhar sobre o século XX; 2) As Igrejas, o Estado e a educação: tendências, debates e conflitos; 3) Projectos de laicização e educação cívica escolar: tradição histórica e situação atual; 4) Confissões e educação religiosa na escola pública: tradição histórica e situação atual; 5) O ensino laico: instituições, culturas, identidades; 6) O ensino privado religioso: instituições, culturas e identidades.

Os trabalhos são editados nas línguas originais: português, francês, espanhol e italiano. Na primeira secção, o fenómeno da laicização da escola e da sociedade é observado para os casos de Portugal (Joaquim Pintassilgo e Patrícia Hansen, pp. 13-34), França (Sandro Baffi, pp. 37-52) e Itália (Giovanni Genovesi, pp. 55-70). Na secção seguinte, é contemplado o estudo das propostas educativas de uma igreja pertencente ao universo do chamado protestantismo histórico português, a Igreja Lusitana Católica

Apostólica Evangélica (ILCAE) (José Moreno Afonso, pp. 73-109). Também as relações entre a Igreja Católica e o Estado, consideradas a partir da temática da educação, são trabalhadas para as realidades de Espanha (Miguel Beas Miranda e Diego Sevilla Merino, pp. 113-128) e de Itália (Piergiovanni Genovesi, pp. 131-152). A relação entre laicização e educação cívica é explorada, na terceira secção, para os casos português (Maria João Mogarro, pp. 155-177), espanhol (Juan Manuel Fernández Soria, pp. 181-204) e italiano (Luciana Bellatalla, pp. 207-219). Em seguida, historiza-se o lugar que coube ao ensino da religião católica na escola pública, em Portugal (Paulo Fontes, pp. 223-251), Espanha (Antonio Viñao, pp. 255-274) e Itália (Elena Marescotti, pp. 277-295). Na quinta secção, o destaque vai para o ensino privado não confessional, acompanhando-se a emergência de alguns projetos em Portugal (Margarida Louro Felgueiras, pp. 299-318), Espanha (Pablo Celada Perandones, pp. 321-340) e no espaço europeu (Alessandra Avanzini, pp. 343-363). Por fim, na última secção um estudo procura captar a realidade do ensino privado confessional em Espanha (Paulí Dávila e Luis M. Naya, pp. 367-392).

As diversas investigações que compõem a obra seguem uma abordagem histórica, averiguando as já citadas dimensões do passado da vida escolar em contextos nacionais diversos. A maioria dos textos apresenta, no entanto, reflexões sobre a atualidade. O horizonte que espelha esse tempo recente é variável de autor para autor, sendo que para alguns tal período começa em meados da década de 1980, enquanto outros invocam os primeiros dez anos do século XXI. Nessas reflexões, há investigadores que elaboram uma nova problematização dos interesses do Estado e/ou da Igreja Católica nos domínios da educação e do ensino ou traçam um diagnóstico do tema tratado, na esteira das últimas reorganizações curriculares (Mogarro, pp. 170-174; Bellatalla, pp. 215-217; Marescotti, pp. 289-293), de estratégias de ensino das instituições religiosas (Dávila e Naya, pp. 370-371); de recentes disposições legais-constitucionais (Pintassilgo e Hansen, pp. 11-12) ou de posições político-ideológicas (Genovesi, pp. 64-70; Genovesi, pp. 147-150; Fontes, pp. 242-246), ou de ambas (Baffi, pp. 46-51; Beas Miranda e Sevilla Merino, pp. 118-125; Fernández Soria, pp. 196-201; Viñao, pp. 268-271; Celada Perandones, p. 336). Apenas em três textos, os investigadores escolheram isolar um período cronológico e aí inscrever o seu estudo. São os casos de José António Afonso, que traça a história do projeto educativo da ILCAE, entre 1880 e 1926 (pp. 73-105); de Margarida Louro Felgueiras,

que analisa a situação do ensino privado não confessional em Portugal, desde final do século XIX até à primeira metade do século XX (pp. 299-317); e de Alessandra Avanzini, que aborda o projeto da escola europeia, surgido em meados da década de 1950 na Europa comunitária, mas apenas desenvolvido com maior consistência depois de 2005 (pp. 343-362).

O livro cobre realidades europeias distintas, destacadas como contextos da Europa do Sul. Registe-se, *en passant*, que teria sido possível escolher outra designação para essa tessitura: a de Europa Latina, já que há uma investigação que remete para o contexto francês. Quanto ao programa de investigação, comum aos diversos estudos reunidos na obra, ele caracteriza-se por seguir um principal instrumento de análise, importado da sociologia da religião: o paradigma da secularização. Com efeito, é através do macro conceito de «secularização» que os autores que contribuíram para esta obra tecem a sua narrativa, privilegiando o questionamento das suas manifestações históricas e espaciais. A Introdução testemunha inequivocamente a escolha desse eixo de análise (pp. 7-9), muito embora não apresente uma definição dos principais conceitos com que operam, no decurso da obra, os diversos autores, e que são quatro: secularização, laicização, laicidade e neutralidade. Apenas um investigador, Sandro Baffi, revela preocupação em discutir as categorias interpretativas com que trabalha (pp. 38-39). Teria sido importante realizar, algures na obra (criando, por exemplo, um artigo dedicado a questões metodológicas), um esforço dessa natureza, não só porque os conceitos em causa não são isentos de controvérsia (recorde-se que o debate tem ocorrido mesmo entre os defensores das teorias sobre a secularização), como têm sofrido revisitações e reatualizações. Embora se fique sem saber que perspetivas específicas norteiam os posicionamentos teóricos de que partem os investigadores, designadamente assinalando que aspetos partilham das teses clássicas da secularização e que críticas lhes fazem, é possível distinguir nos vários textos posições diferenciadas. Por exemplo, ao considerarem os ideais educativos, os modelos escolares ou as identidades e estratégias de agentes de ensino, estatais ou religiosos, há autores que o fazem à luz do quadro genérico da perda de influência social da Igreja Católica, face à emergência da modernidade, e da afirmação de um Estado dito neutro em matéria religiosa, introdutor de um processo de diferenciação estrutural e funcional das instituições (estatal e eclesial) (Afonso, pp. 81-104; Genovesi, pp. 132-143). Noutras investigações prevalece a visão de que a religião perdeu um papel público substancial

nas sociedades ditas modernas, fruto da emergência de novos contratos sociais. Tal constatação, a de que a religião não recuperou importância na construção da vida pública (aqui observada a partir do campo da educação e do ensino), depois das experiências históricas de separação do Estado das Igrejas, conhece apenas uma exceção: aquela que associa as experiências autoritárias a uma função ativa dos Estados na recuperação da importância da religião, com uma promoção da recatolicização das consciências e da educação (Mogarro, pp. 167-169; Viñao, p. 259; Louro Felgueiras, pp. 313-315; Celada Perandones, pp. 332-334). Noutros trabalhos ainda, os autores não dão tanta importância à tese funcionalista de que as instâncias religiosas funcionaram como aparelhos ideológicos dos Estados autoritários, e revelam antes mais sensibilidade a considerar as autonomias do político e do religioso, bem como uma variedade de atitudes ambivalentes dos agentes políticos e religiosos na luta pela gestão simbólica do bem comum e pelo controlo social (Baffi, pp. 45-47; Beas Miranda e Sevilla Merino, pp. 121-125). Por fim, há ainda as análises que salientam que a reestruturação pelo Estado do ambiente social, em contextos de democracia, tanto pode conduzir a uma privatização do religioso (Genovesi, pp. 67-68), como pode promover a recuperação da laicidade como ideal positivo e ordenador do modelo de cidadania democrático (Pintassilgo e Hansen, p. 32), onde é possível a afirmação de uma «cultura religiosa» na *polis* e o diálogo e mútuo reconhecimento entre correntes religiosas e não religiosas (Fontes, pp. 245-246).

Sobre aspetos metodológicos cumpre fazer ainda a observação de que o artigo escrito por Pintassilgo e Hansen faz a revisão da literatura do tema geral da obra para o caso português. Para os casos de Espanha e Itália não há contributos nesse sentido, ficando o leitor, que pretenda saber mais do estado da arte produzida nesses países, muito dependente da seleção de bibliografia que os vários trabalhos apresentam no final. Também são poucos os autores que discutem as fontes que utilizaram para construir as investigações que disponibilizam. Apenas Moreno Afonso (pp. 73-74) e Louro Felgueiras (299-300) o fazem com algum detalhe, sobretudo a última. Contudo, esse exercício afigura-se bastante importante até para se perceber porque são alguns temas de difícil tratamento. Na realidade, a escassez de documentação de arquivo, a não preservação de acervos ou deficientes políticas de preservação de acervos documentais por parte de instituições privadas e públicas, e ainda a complexidade da legislação que

regula a acessibilidade aos fundos documentais públicos (especialmente, a questão dos prazos legais que determinam a abertura à consulta dos espólios da Administração do Estado), colocam diversos impedimentos aos investigadores, não só por limitarem a possibilidade de se estudar determinados objetos e temáticas, como até por condicionarem a orientação das pesquisas e a demonstração de resultados. Não por acaso, como vários dos estudos aqui publicados atestam, torna-se mais fácil seguir o plano macro das relações entre o Estado e a Igreja Católica, aprofundando o conteúdo simbólico de algumas normas ou o que foi legislado em matéria de ensino e de educação (e, portanto, trabalhar com o resultado final), do que comprovar que tudo o que foi firmado passou por negociações entre os agentes de ambas as instituições, que procuraram acima de tudo salvaguardar os seus interesses (e que estes foram variáveis ao longo do tempo, em função do que em cada momento se entendeu por interesse nacional ou por interesses religiosos). Do mesmo modo, este livro demonstra que alguns objetos de estudo, como a situação do ensino privado não confessional ou do ensino particular religioso, se encontram menos estudados, não porque não sejam realidades importantes ou fecundas, mas porque escasseiam fontes que suportem investigações que forneçam amplas panorâmicas, sobretudo para grandes períodos cronológicos. Nesta linha, pode até indagar-se porque não foi contemplada qualquer investigação sobre a educação não formal, onde valeria a pena descortinar lógicas de reafirmação religiosa e reações de integração ou de recusa ao enquadramento jurídico-político do religioso, e campo para o qual a literatura poderia ajudar a compensar a falta de fontes primárias para tratamento do tema. Finalmente, alguns artigos que utilizam indicadores quantitativos (Beas Miranda e Sevilla Merino, p. 121; Dávila e Naya, pp. 369 e 375), fornecidos por instâncias governamentais ou religiosas, e que aparentemente ilustram a perda de influência da «religião» ao longo do século XX, acabam por comprovar que esses dados formais não explicam por si só as realidades históricas, nem traduzem a sua complexidade, sendo importante que os investigadores tenham capacidade de considerar formas disseminadas do religioso e da sua recomposição em contextos que são sempre de mudança.

Uma leitura global da obra permite afirmar que as investigações apresentadas revelam a preocupação de equilibrar a disponibilização de informação com uma análise da mesma. O livro comporta ainda importantes elementos que podem servir para estimular futuras investigações de análise

comparativa sobre a temática geral, dado que os diversos artigos mostram diversas semelhanças e diferenças entre os contextos nacionais aqui observados, tanto mais que se trata de países possuidores de sociedades histórica e sociologicamente marcadas pela mesma identidade confessional maioritária, no caso a identidade católica. Algumas importantes verificações podem-se retirar dos trabalhos aqui disponibilizados. A primeira é que o fenómeno da secularização teve características regionais (até no interior dos próprios países). Uma segunda observação prende-se com o facto de esse mesmo fenómeno, ao generalizar um contexto de relativização simbólica do elemento religioso (se se quiser especificar, pode-se falar de uma relativização do universo do próprio catolicismo), não ter inviabilizado formas de reafirmação religiosa. Outra verificação pode servir para chamar a atenção para a circunstância dessas formas de reafirmação religiosa se interligarem estreitamente com o que foram as dinâmicas políticas assumidas na diversidade de processos históricos e com o que foram formas de regulação institucional do religioso pelos poderes políticos. Uma quarta observação remete para a questão de os poderes políticos, ao produzirem legislação que se destinou a enquadrar e gerir politicamente o fenómeno religioso, terem privilegiado a sua dimensão comunitária e transportado conceções valorativas (em sentido positivo e negativo) do património religioso. Por último, uma quinta ideia: as conceções do património religioso, veiculadas pelos legisladores, ativaram nas diferentes sociedades, e em particular nos seus grupos religiosos, uma «memória» religiosa, ou, no caso de setores de sensibilidade laicista ou simplesmente laica, uma «memória» sobre o religioso que determinou as suas receções e reações ao enquadramento jurídico-político do religioso. Contudo, também as transformações verificadas no interior do catolicismo universal (sendo que uma das mais significativas foi, como apontam vários textos deste livro, a convocação e realização do Concílio Vaticano II), contribuíram para uma reelaboração das identidades religiosas, pelos próprios agentes religiosos e outros que gravitaram na esfera de influência da instituição eclesial, que facilitou a remodelação dos aparelhos religiosos e até a sua adequação a mudanças sociais e políticas. Compreende-se, através dessa dinâmica, que, por exemplo, após a queda dos regimes autoritários, os Estados democráticos não tenham remetido a religião católica para a esfera do privado, permitindo-lhe a permanência no espaço público, chegando até a novos acordos de cooperação com a Igreja Católica. De acordo com esta última apreciação, merecem ser valorizadas algumas leituras que assinalam

que historicamente não está encerrada a disputa entre o Estado e a Igreja Católica quanto ao direito a educar e sobre a liberdade de ensino (Beas Miranda e Sevilla Merino, p. 125; Genovesi, p. 150; Fernández Soria, pp. 198-199; Viñao, pp. 263-271). Do mesmo passo, merece ponderação o facto de as investigações sobre educação cívica assinalarem que, pelo menos nos últimos dez anos, os novos valores que presidem a esses projetos não são alheios a referências históricas de uma cultura europeia cristã (Mogarro, p. 173; Bellatalla, p. 214).

Para finalizar, mencione-se que o principal mérito deste livro é fornecer um importante exercício de «cartografia» da problemática «Estado – religião – educação», em Portugal, Espanha e Itália, para o conjunto do século XX, sendo justo destacar que carrega ainda informação relevante tanto para o século antecedente, o XIX, como para a primeira década do século XXI. Aí se evidenciam também, com clareza, ciclos políticos e momentos de transição política, que ajudam a apreender alguns ideais ordenadores da sociedade (como é o próprio princípio da laicidade) e a avaliar do consenso social que produziram. Para quem se interessa ou trabalha sobre os temas que aqui são observados, esta é uma obra de leitura acessível e rica, tanto pelo que acrescenta de conhecimento, como pelo que deixa em aberto, estimulando novos tratamentos das matérias aqui exploradas, seja em continuidade ou não com o modelo teórico-interpretativo aqui sustentado para a investigação.

Paula Borges Santos
Instituto de História Contemporânea
Universidade Nova de Lisboa
paulaborgesantos@gmail.com